

Banco do Povo – Crédito Solidário

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes**

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015	11

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105 – 12º
andar
Vila Olímpia | SP | Brasil

Aos:
Administradores e Conselheiros do
Banco do Povo – Crédito Solidário
Santo André – SP

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco do Povo – Crédito Solidário (Associação) compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Povo – Crédito Solidário em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

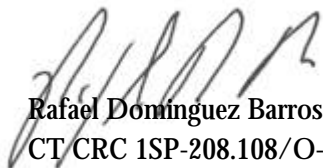
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2017.



Rafael Dominguez Barros
CT/CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Banco do Povo – Crédito Solidário

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	3	1.431	2.308
Operações de crédito	4	9.145	7.990
Outros créditos	-	141	13
Total do ativo circulante		<u>10.717</u>	<u>10.311</u>
Ativo não circulante			
Depósito judicial e cauções	7	27	22
Imobilizado			
Imobilizado em uso	5	172	126
Total do ativo não circulante		<u>199</u>	<u>148</u>
Total do ativo		<u><u>10.916</u></u>	<u><u>10.459</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco do Povo – Crédito Solidário

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2016	2015
Passivo circulante			
Fornecedores	-	29	9
Empréstimos e financiamentos	6	1.031	1.969
Obrigações fiscais e previdenciárias	-	63	175
Recursos de convênios e parcerias	-	17	17
Outras obrigações	-	119	18
Total do passivo circulante		1.259	2.188
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	6	5.596	4.621
Provisão para contingências e obrigações contratuais	7	4	4
Total do passivo não circulante		5.600	4.625
Patrimônio líquido	8		
Patrimônio social	-	3.646	2.955
Superavit do exercício	-	411	691
		4.057	3.646
Total do passivo e patrimônio líquido		10.916	10.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco do Povo – Crédito Solidário

Demonstrações do superavit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta			
Receita operacional	9	4.158	3.490
Juros de mora ativos	-	140	86
Outras receitas	10	742	370
		----- 5.040	----- 3.946
Custos operacionais		-	
Pessoal	11.a	(1.575)	(1.293)
Captação de recursos	11.b	(722)	(258)
Perdas com empréstimos	11.c	(463)	(334)
Outros custos	-	(306)	(215)
		----- (3.066)	----- (2.100)
Superavit operacional líquido		----- 1.974	----- 1.846
Outras receitas/ (despesas) operacionais			
Pessoal	12.a	(945)	(763)
Despesas administrativas	12.b	(485)	(391)
Despesas tributárias	-	(110)	(7)
Outras despesas	-	(41)	(71)
		----- (1.581)	----- (1.232)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		----- 393	----- 614
Despesas financeiras	-	(317)	(106)
Receitas financeiras	-	335	183
Resultado financeiro líquido		----- 18	----- 77
Superavit do exercício		----- <u>411</u>	----- <u>691</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco do Povo – Crédito Solidário

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos e 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superavit do exercício</u>	<u>Total do patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.498	1.457	2.955
Transferência patrimonial	1.457	(1.457)	
Superavit do exercício		691	691
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>2.955</u>	<u>691</u>	<u>3.646</u>
Transferência patrimonial	691	(691)	-
Superavit do exercício	-	411	411
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>3.646</u>	<u>411</u>	<u>4.057</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco do Povo – Crédito Solidário

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Atividades operacionais		
Superavit do exercício	411	691
(+) Depreciação e amortização	33	27
(+) Alienação de valores e bens	-	14
(+) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	463	334
(=) Superavit ajustado	<u>907</u>	<u>1.066</u>
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos e passivos		
Acrécimo de operações de crédito	(1.618)	(1.793)
Acrécimo/ decréscimo de outros créditos	(128)	7
Acrécimo de depósito judicial	(5)	-
Acrécimo de fornecedores	20	(14)
Acrécimo de obrigações fiscais e previdenciárias	(112)	50
Acrécimo de recursos de convênios e parcerias	-	(43)
Acrécimo de outras obrigações	101	10
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais	<u>(835)</u>	<u>(729)</u>
Atividades de investimento		
Aquisições no imobilizado	(79)	(106)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(79)</u>	<u>(106)</u>
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	37	2.799
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	<u>37</u>	<u>2.799</u>
(Redução) / Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(877)</u>	<u>1.964</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo existente no início do exercício	2.308	344
Saldo existente no final do exercício	1.431	2.308
(Redução) / Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(877)</u>	<u>1.964</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

Banco do Povo – Crédito Solidário (Associação), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público -OSCIP com fins não econômicos, de natureza assistencial, com sede e foro no Município de Santo André, Estado de São Paulo, tendo seus atos de constituição arquivados no 1º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Santo André em 12 de maio de 1998, com sua última alteração ocorrida em 25 de maio de 2012.

O Banco do Povo – Crédito Solidário tem por objetivo:

- facilitar o acesso de pequenos e micro-empresendedores, associados ou não, a crédito financeiro, visando o crescimento e a consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, a fim de fomentar o desenvolvimento socioeconômico equilibrado;
- promover pesquisas relacionadas ao previsto no parágrafo anterior; e
- proporcionar consultorias técnicas a outras instituições que possuam os mesmos objetivos no país ou no exterior.

A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação do Banco do Povo – Crédito Solidário, atualmente é formada por:

- dois representantes do Sindicato dos Bancários do ABC e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC;
- um representante da Associação Comercial e Industrial de Santo André (ACISA);
- dois representantes da Associação de Promoção Humana e Resgate da Cidadania (Padre Leo Comissari);
- um representante de Notório Saber.

Cada representante possui direito a um voto na Assembleia Geral.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem as normas NBCT1000 e ITG 2002 (R1) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão em reunião realizada pelos membros do Conselho de Administração em 17 de março de 2017.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em real e foram arredondadas para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do superávit/ déficit

Todas as receitas e as despesas estão demonstradas, obedecendo ao regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

c) Operações de crédito

Estão avaliadas no momento inicial pelo valor de concessão, somados as tarifas de abertura de crédito e posteriormente atualizadas pela taxa de juros da transação.

O critério padrão para cálculo do valor a ser lançado na conta Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é o modelo sugerido e adotado pelo Ministério do Trabalho e Emprego – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, apurado por meio do valor da carteira vigente atual, o valor da carteira vigente médio dos últimos 24 (vinte e quatro) meses e o valor de perda efetiva médio dos últimos 24 (vinte e quatro) meses. Caso existam parcelas vencidas a mais de 180 dias, o correspondente saldo do contrato é baixado permanentemente para o superávit/ déficit do exercício.

d) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da respectiva depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 5.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências e depreciação do ativo imobilizado. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações.

g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- i) Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;
- ii) Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e/ ou divulgados;
- iii) Obrigações legais:** são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

h) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem operações de crédito e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, bem como contas a pagar e outras dívidas.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Associação, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Associação tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao superávit/ déficit do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Associação compreendem as operações de crédito, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivativos referem-se a captações de empréstimos.

Estes passivos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação incorridos e são subsequentemente avaliados pelo seu custo amortizado, com base no método da taxa de juros efetiva.

Da mesma forma, portfólios de operações de crédito e adiantamentos cedidos com cláusula de coobrigação são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o montante captado. Os ganhos e perdas apurados nas operações de cessão com coobrigação são reconhecidos no resultado ao longo do prazo das operações por meio do método da taxa efetiva de juros.

i) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração da Associação apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o superávit/ déficit líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Banco conta movimento e caixa	16	45
Aplicações financeiras (*)	1.415	2.263
Total	1.431	2.308

(*) São representadas por operações de aplicação Caixa FIC Absoluto RF LP, CDB Aplic Aut Mais - Banco Itaú S/A. e pela aplicação BB CP 50 mil do Banco do Brasil S/A. A remuneração média dessas aplicações durante o exercício acompanharam a rentabilidade do CDI.

4. Operações de crédito

O saldo do grupo de contas de operações de crédito está composto da seguinte forma:

	2016	2015
Empréstimos		
Carteira própria	10.565	9.097
(-) Juros a apropriar	(1.100)	(903)
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(320)	(204)
Total	9.145	7.990

a) Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	2016	2015
Setor privado		
Capital de giro	8.996	7.950
Investimentos	468	243
Desconto de cheques	1	1
Total	9.465	8.194

b) Diversificação da carteira por vencimento (por parcelas)

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas até 15 dias	69	0,73	53	0,65
Vencidas a partir de 15 dias	369	3,90	188	2,29
A vencer até 03 meses	5.605	59,22	3.683	44,95
A vencer de 03 a 12 meses	3.422	36,15	4.270	52,11
Total	9.465	100,00	8.194	100,00

c) Diversificação bruta da carteira por nível de concentração

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	171	1,81	54	0,66
50 seguintes maiores devedores	345	3,65	133	1,62
100 seguintes maiores devedores	576	6,09	321	3,92
Demais devedores	8.373	88,45	7.686	93,80
Total	9.465	100,00	8.194	100,00

Esta rubrica compreende os créditos concedidos a título de empréstimos destinados ao atendimento da necessidade de capital de giro (limitado ao máximo de R\$20 e prazo de pagamento máximo de 12 meses), de investimentos (limitado ao máximo de R\$20 e prazo de pagamento até 24 meses) e de desconto de cheques e de títulos (limitado ao máximo de R\$10 e prazo de pagamento de até 02 meses).

Devido as festas de fim de ano, a Associação limitou as liberações de crédito ao dia 16 de dezembro, quando a carteira de crédito atingiu o valor de R\$ 11,5 milhões. Os vencimentos desta carteira possuem periodicidade semanal e quinzenal, assim após 16 de dezembro, a Associação apenas recebeu as parcelas com vencimento no período, fechando o exercício com a carteira ativa R\$ 9.145 (R\$ 7.990 em 2015).

Os encargos sobre os empréstimos concedidos, investimentos e desconto de cheques e títulos possuem taxa de juros de 3,90% a.m.

No exercício de 2016, foram registradas perdas com operações de crédito no montante de R\$ 143 (R\$ 130 em 2015), conforme Nota Explicativa nº 11.c.

Vide movimentação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa durante o exercício de 2016:

	2015	Constituição de provisão	Baixas	2016
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(204)	(3.197)	3.081	(320)
Total	(204)	(3.197)	3.081	(320)

5. Imobilizado

O ativo imobilizado da Associação, está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. O saldo do ativo imobilizado está composto da seguinte forma:

	% – Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2016	2015
Veículos	20	68	(24)	44	57
Móveis e utensílios	10	36	(15)	21	16
Máquinas e equipamentos	10	6	(2)	4	6
Instalações	10	12	(12)	-	-
Equipamentos de informática	20	116	(79)	37	36
Aparelhos de telefone	10	21	(4)	17	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	49	-	49	-
		308	(136)	172	126

A movimentação do imobilizado em 2016 pode ser assim apresentada:

	2015	Adições	Baixas	Depreciação do exercício	2016
Veículos	58	-	-	(14)	44
Móveis e utensílios	16	8	-	(3)	21
Máquinas e equipamentos	6	-	(1)	(1)	4
Instalações	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	36	13	-	(12)	37
Aparelhos de telefone	10	12	(2)	(3)	17
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	49	-	-	49
	126	82	(3)	(33)	172

6. Empréstimos e financiamentos

	Remuneração % a.a.	2016	2015
Antecipação de recebíveis com coobrigação – Banco Itaú	6,00	-	958
BNDES Solidário (a)	5,9	2.408	3.328
Banco do Brasil S.A. Ag 264-X C/C 71001-6 (b)	-	26	49
Banco Itaú S.A. Ag.: 3009 - C/C: 50000-4 (c)	-	112	-
Kiva Microfunds	-	194	-
Oikocredit Ecumenical Development Coo (d)	12,00	3.887	2.255
		6.627	6.590
Passivo circulante		1.031	1.969
Passivo não circulante		5.596	4.621

Composição dos empréstimos por vencimento

Vencimentos	2016	2015
Vencimentos em 2016	1.031	1.969
Vencimentos em 2017	1.232	1.727
Vencimentos em 2018	1.504	1.032
Vencimentos em 2019	1.404	676
Vencimentos em 2020	1.255	637
Vencimentos em 2021	201	549
Total	6.627	6.590

(a) A captação de empréstimo obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi liberada em duas “tranches”, no montante de R\$ 688 e R\$ 812, com período de carência para pagamento do principal por vinte e quatro meses, contados a partir da liberação dos recursos que ocorreram em março e maio de 2010, respectivamente. Após o período de carência a operação será amortizada em 36 parcelas mensais.

No ano de 2012, houve nova captação de empréstimo obtido junto ao BNDES e liberada em duas parcelas, no montante de R\$ 1.000 e R\$ 733 com período de carência para pagamento do principal por vinte e quatro meses, contados a partir da liberação dos recursos que ocorreram em novembro e dezembro de 2012, respectivamente. Após o período de carência a operação será amortizada em 36 parcelas mensais.

Em maio de 2012, houve uma prorrogação da amortização do principal do empréstimo efetuado no ano de 2010 por 36 (trinta e seis) meses, mantendo as demais condições do contrato.

Em julho de 2015, houve uma prorrogação da amortização do principal do empréstimo n.º12.209.541/010 efetuado no ano de 2012 por 36 (trinta e seis) meses, mantendo as demais condições do contrato.

(b) Saldo devedor contábil apresentado em 31/12/2016 referente ao Banco do Brasil S.A. Ag. 264-X C/C 71001-6 em decorrência de recebimentos baixados e não creditados em 12/2016.

(c) Saldo devedor contábil apresentado em 31/12/2016 referente ao Banco Itaú S.A. Ag. 3009 – C/C 50000-4 em decorrência de recebimentos baixados e não creditados em 12/2016 e de valores ainda não compensados.

(d) Na captação de empréstimo obtido junto a Oikocredit Ecumenical Development Coo foi liberada a primeira parcela no montante de US\$ 700 e a segunda será realizada no prazo de 06 (seis) meses do primeiro desembolso, no valor de US\$ 300. A primeira parcela do pagamento do principal vencerá em 18 meses a contar da data do contrato de câmbio e assim sucessivamente a cada 06 (seis) meses, até o pagamento final do Empréstimo.

7. Provisão para contingências e obrigações contratuais

Durante o curso normal de suas atividades, a Associação está exposta a certas contingências e riscos. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a Associação não possui ações passivas e ativas. A Associação possui obrigações contratuais referentes aos contratos de aluguel no montante de R\$ 4 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2015) e respectivos depósitos caução de aluguéis de imóveis das unidades no montante de R\$ 23 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2015), os quais estão suportados por depósitos bancárias nas contas correntes dos proprietários dos imóveis alugados, e cuja devolução se fará no término do contrato de locação.

8. Patrimônio líquido

Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o patrimônio social da Associação é constituído pelo aporte financeiro de seus associados, por empréstimos de agências de financiamento e por doações recebidas, acrescido/ (reduzido) dos superávits/ (déficits) acumulados.

Conforme o Estatuto Social da Associação, em nenhuma hipótese os aportes financeiros feitos pelos associados serão devolvidos (Artigo 5º, § 4º do Estatuto), exceto nos casos em que o convênio não seja concretizado. Estes recursos destinam-se, exclusivamente, à concessão de créditos.

9. Receita operacional

As receitas operacionais no montante de R\$ 4.158 (R\$ 3.490 em 31 de dezembro de 2015), referem-se a juros das operações de microcrédito no montante de R\$ 3.365 (R\$ 2.797 em 31 de dezembro de 2015) e a taxa de administração no montante de R\$ 793 (R\$ 693 em 31 de dezembro de 2015).

10. Outras receitas

As outras receitas no montante de R\$ 742 (R\$ 370 em 31 de dezembro de 2015), referem-se, a doações recebidas do exterior R\$ 501 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2015) e recuperações de créditos, despesas e outras receitas R\$ 241 (R\$ 369 em 31 de dezembro de 2015).

11. Custos operacionais

a) Pessoal

O saldo de custos com pessoal R\$ 1.575 (R\$ 1.293 em 31 de dezembro de 2015), referem-se, substancialmente, a custos com salários e ordenados, encargos sociais e benefícios concedidos aos colaboradores que atuam nas áreas operacionais da Associação.

b) Captação de recursos

Os valores relacionados aos custos com captação de recursos no montante de R\$ 722 (R\$ 258 em 31 de dezembro de 2015) contemplam, substancialmente, os juros dos empréstimos e das operações de desconto de títulos junto a instituições financeiras privadas.

c) Perdas com empréstimos

No exercício de 2016, foram registradas perdas com operações de crédito no montante de R\$ 463 (R\$ 334 em 31 de dezembro de 2015), conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2016	2015
Provisão estimada com crédito de liquidação duvidosa		
Provisão estimada com crédito de liquidação duvidosa	(320)	(204)
Despesas com perdas de operações de crédito	(143)	(130)
	(463)	(334)

12. Outras despesas operacionais

a) Pessoal

O saldo de despesas com pessoal R\$ 945 (R\$ 763 em 31 de dezembro de 2015), referem-se, substancialmente, a despesas com salários e ordenados, encargos sociais e benefícios concedidos aos colaboradores que atuam nas áreas administrativas da Associação.

b) Despesas administrativas

O saldo despesas administrativas no montante de R\$ 485 (R\$ 391 em 31 de dezembro de 2015), referem-se, substancialmente, a serviços de consultoria e assessoria, serviços contábeis, viagens e representações.

13. Gestão de riscos

Considerações gerais e políticas

A Associação possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão são responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Risco de liquidez

É o risco que a Associação irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido, em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade da Associação sofrer ganhos ou perdas decorrentes dos efeitos da variação cambial sobre as captações em moeda estrangeira. Os empréstimos estão mencionados na Nota 6.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Associação sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros sobre operações de crédito e empréstimos estão mencionadas nas Notas 4 e 6, respectivamente.

14. Partes relacionadas**Remuneração de administradores**

Os administradores da Associação são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, em 2016 o total de remuneração foi de R\$ 385 (R\$ 344 em 31 de dezembro de 2015). Não há remuneração, direta ou indireta de conselheiros.

A Administração da Associação não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo para a diretoria e Administração.

15. Seguros (não auditado)

A Associação possui seguros contratados em vigor em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, considerados pela Administração, suficientes para a cobertura de seus ativos e dos seus riscos operacionais. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Associação.

16. Renúncia Fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza);
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias;
- PIS (Programa de Integração Social).

17. Trabalhos voluntários**17.1. Voluntários**

A Administração da Associação, constituída pelo Presidente e os membros do Conselho de Administração e Fiscal não possuem remuneração e não foram efetuados pagamentos que possam ser caracterizados como benefício.

A seguir estão demonstradas as estimativas dos valores justos dos trabalhos voluntários recebidos pela Associação durante os exercícios de 2016 e de 2015:

Descrição		Carga horária anual	Remuneração anual estimada
Membros do Conselho de Administração	06 Membros	30 h	15
Membros do Conselho Fiscal	03 Membros	12 h	7

18. Demonstração do resultado abrangente

A Sociedade não está apresentando a demonstração do resultado abrangente em função de não haver nenhuma transação passível de alocação no resultado abrangente, ou seja, o superávit do exercício é igual ao resultado abrangente total.

* * *

Diretoria Executiva do Banco do povo Crédito Solidário

Diretor Executivo

Almir da Costa Pereira

Diretor Administrativo Financeiro

Fábio Maschio Rodrigues

Contabilidade

Organização Contábil ECREL Ltda

Maria Aparecida Demizu Takahashi

Conselho de Administração do Banco do Povo Crédito Solidário

Dirigentes do Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

Maria do Carmo Romeiro

1º Vice-presidente do Conselho de Administração

Luiz Silvério Silva

2º Vice-presidente do Conselho de Administração

Belmiro Aparecido Moreira

Membros Titulares do Conselho de Administração

Anderson Guimarães da Silva

Gentil Carlos Morin

Francisco de Assis Alves Brígido

Membros do Conselho Fiscal

Hildo Soares de Souza

Aguinaldo Luiz de Lima

Alexandre Antônio da Silva